

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 670.333 - RJ (2015/0041787-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : MAURÍCIO GOMES VIEIRA E OUTRO(S) - RJ102559
AGRAVADO : MARIA DA CONCEIÇÃO TORRES QUEIROZ
ADVOGADOS : ANDRÉA MONTEIRO GAMELEIRO - RJ089333
VARILECE RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ142715

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça local, que não admitiu recurso especial interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, o qual desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 171):

1) Agravo Inominado. Decisão monocrática que negou liminar seguimento ao recurso interposto pelo agravante. Revisão de pensão previdenciária, ajuizada em face do RIOPREVIDÊNCIA. Filha.

Sentença de procedência. - 2) A concessão de pensão por morte é regida pela lei em vigor na data do falecimento do instituidor do benefício, tendo a EC 20/98 estabelecido paridade entre os vencimentos do servidor em atividade e a pensão por morte. Súmula 68, TJRJ.

- 3) Remuneração paradigma que pode ser apurada na fase de liquidação da sentença. - 4) Honorários fixados razoavelmente, não merecendo a redução pretendida. - 5) Manutenção da decisão agravada. Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (e-STJ fls. 179/181).

No especial obstaculizado, a parte agravante sustenta: (a) contrariedade do art. 535 do CPC/1973, ao argumento de que não foi examinado aspecto de extrema importância, mesmo após provocação por meio de aclaratórios; e (b) violação do art. 333, I, do CPC/1973, tendo em vista a inexistência de prova acerca da diferença entre a pensão e a remuneração de servidor ocupante de cargo paradigma ao do instituidor do benefício, ressaltando que compete à autora apresentar prova do fato constitutivo de seu direito.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 197).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal

de Justiça" (Enunciado 2).

Feito tal registro, observo que, em que pese aos argumentos expendidos, a decisão agravada não merece retoque.

Com efeito, não há ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão impugnado aprecia fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária à pretensão da parte recorrente, como no caso.

Ademais, consoante entendimento jurisprudencial pacífico, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos levantados pelas partes para expressar a sua convicção, notadamente quando encontrar motivação suficiente ao deslinde da causa.

Sobre a hipótese: AgRg no AREsp 750650 / RJ, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 30/9/2015; e AgRg no AREsp 493652/RJ, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/6/2014.

Quanto ao mais, no que se refere à alegada violação ao art. 333, I, do CPC/1973, face a ausência de comprovação do fato constitutivo de seu direito – com a discriminação das parcelas que compõem o cargo paradigma –, extrai-se da sentença que "a autora em diversas oportunidades tentou junto ao órgão de origem buscar informações sobre o documento de atualização de pensão, sendo certo que todas as tentativas restaram frustradas, numa clara demonstração de desinteresse por parte da autarquia ré, conforme relatado na decisão de fls. 95, não havendo empecilho para o julgamento da causa sem o DAP" (e-STJ fl. 121).

Sobre a questão, o Tribunal de origem consignou, em relação à argumentação de que não há possibilidade de se rever a pensão sem a discriminação das parcelas que compõem o valor da pensão que (e-STJ fl. 172):

[...]

O recurso não merece prosperar. Como dito na decisão agravada, com a edição da Emenda Constitucional nº 20/98, ficou estabelecido que o valor da pensão por morte deve ser igual aos proventos percebidos pelo servidor em vida, sem qualquer ressalva com relação a quem seja o beneficiário, tendo sido editada a Súmula 68 do TJRJ, que assim dispõe: *"A fixação do benefício da pensão por morte será igual ao valor dos proventos do servidor em atividade na data do seu falecimento, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 20/98, que modificou a redação do art. 40, par. 7º, Constituição da República, observado o disposto no par. 3º"*.

No que diz respeito a apurar-se as verbas que compõem a remuneração paradigma, possível que tal se faça na fase de liquidação da sentença, daí não se havendo de falar na sua nulidade.

Com efeito, observo que a jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973, sem a análise do conjunto probatório dos presentes autos, providência que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. URV. CONVERSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 131, 333, INCISO I, 334, INCISO I, DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. FATO IMPEDITIVO DO AUTOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ. INCIDÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. OFENSA À RESOLUÇÃO E PORTARIA. CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. NÃO ENQUADRAMENTO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 518/STJ.

[...]

VI - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de que o Recorrente não comprovou a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor, bem como que deve ser apurado em liquidação de sentença eventual diferença entre os valores pagos e aqueles que seriam devidos pela aplicação da lei federal, considerando o valor da URV na data do pagamento, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

[...]

IX - Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1.573.712/RJ, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 12/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. URV. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. MERO INCONFORMISMO. ÔNUS PROBATÓRIO. ART. 333 DO CPC/1973. MATÉRIA DE PROVA. OFENSA AO ART. 514, II, DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ.

1. Deve ser rejeitada a alegada violação dos arts. 458 e 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.

2. Os argumentos apresentados pelo insurgente buscam, exclusivamente, a inversão do ônus da prova pela Corte regional, que, diante do caso concreto, tem a faculdade de determiná-la ou não.

3. A Jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

[...]

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.665.411/MT, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 13/09/2017)

Por fim, cumpre salientar que, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de

honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 7 do Plenário do STJ, sessão de 09/03/2016), o que não é o caso dos autos.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

